

## **BOLETIM 740**

**Brasília, 22 de fevereiro de 2019**

### **PEC da Previdência embute aumento de impostos aos trabalhadores**

*Projeto poupa empresários de novas alíquotas e acaba com a multa sobre o FGTS. "A conta está sendo paga somente pelo trabalhador", diz especialista em Direito Previdenciário*

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da "reforma" da Previdência traz embutido o aumento da carga tributária para os trabalhadores. A avaliação é de Wagner Balera, diretor dos cursos de pós-graduação de Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ex-procurador federal no INSS.

"Eu não vi na PEC nada sobre aumento de alíquota de contribuição das empresas à Previdência. Só dos trabalhadores. Se não aumenta a contribuição empresarial, significa que a conta está sendo paga somente pelo trabalhador", afirma. "Não será razoável que apenas o segurado seja o único responsável neste mundo pela ruína da Previdência. Isso é o fim da picada."

O especialista defende que, se houver aumento na contribuição dos trabalhadores, terá de haver proporcionalmente aumento na contribuição das empresas. "Na prática isso significa que está havendo aumento de imposto, sendo que, quando candidato (Jair Bolsonaro) disse que não haveria aumento de impostos. Mas vai ter aumento de contribuição."



Na sua avaliação, a PEC tem até virtudes, como acabar com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) na Previdência. Pelo mecanismo, o governo federal pode usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Só em 2018, com Temer, o sistema previdenciário perdeu R\$ 120 bilhões. Mas não cria alternativas para o financiamento em substituição aos que estão sendo retirados.

"É o samba do crioulo doido. Faltou debater mais profundamente a criação de mecanismos razoáveis e mais distributivos para financiar a seguridade. Poderiam, por exemplo, destinar ao setor toda a arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ou recriar cotas cobradas em todos os serviços públicos, no imposto de renda, de importação, loterias. Há potencial de arrecadação", afirma.

Aprovado em dezembro, um parecer do relator deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) para a reforma tributária extingue oito tributos federais. Entre eles, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), segundo tributo que mais arrecada no país. A contribuição incide sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social (previdência social, saúde e assistência social). E a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL), que incide sobre o lucro das empresas, inclusive auferidos no exterior.

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## Senado realiza primeira audiência pública sobre reforma da Previdência

Nesta segunda-feira (25), a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal realiza sua primeira audiência para debater os efeitos de uma eventual aprovação da proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo federal ao Congresso. O requerimento foi feito pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), que já antecipou sua intenção de esmiuçar de todas as maneiras os detalhes da Proposta de Emenda Constitucional (6/2019) elaborada pelo Ministério da Economia.

— Vamos chamar especialistas e representantes de associações de classe para avaliarem cada detalhe desta nova proposta. Convidaremos auditores fiscais, contadores, advogados tributaristas, todos os que puderem contribuir para esclarecer quais as consequências de uma suposta aprovação dessa proposta.

No requerimento, o senador Paim já antecipou os convites a Floriano Martins de Sá Neto, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip); Almir Reis, vice-presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), e Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Também estão sendo convidados representantes da Fenafisco, do IBDPrev e da CUT. Os cidadãos poderão participar da audiência pública com perguntas e comentários através do Alô Senado (0800-612211) e do portal e-cidadania ([www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)).

*Fonte: Agência Senado*

## Secretário da Previdência defende capitalização

No anúncio da reforma da Previdência (PEC 6/19), o governo também propôs as bases para um novo modelo de capitalização que será opcional e apenas para os trabalhadores que estiverem entrando no mercado de trabalho após a sua regulamentação.

De acordo com o secretário de Previdência, Leonardo Rolim, a ideia é que cada trabalhador tenha uma conta individual onde depositará suas contribuições e que também poderá receber contribuições dos empregadores. É o modelo de capitalização, no qual o trabalhador recebe o que contribuiu mais os rendimentos. O sistema atual é de repartição. Ou seja, independentemente do que foi contribuído, o trabalhador recebe o que foi definido em lei para o seu caso.

Para o deputado Glauber Braga (Psol-RJ), o sistema de capitalização não deu certo no Chile:

“E utilizam como um modelo para essa experiência e dizem que depois vai ter uma norma infraconstitucional para regulamentação. Mas o que eles não dizem é que no Chile de Pinochet, que fez essa reforma, orientado pelos “chicago boys” do senhor Milton Friedman, lá no Chile - e esses são dados oficiais - mais de 90% dos aposentados, se você faz a conversão para a moeda brasileira, ganham lá aproximadamente R\$ 600. Com o salário mínimo no Chile, que também se convertido para a moeda brasileira, é de R\$ 1.200”, comparou Braga.

*Fonte: Agência Câmara*



## 'Reforma' vai criar país de idosos pedindo esmola, diz economista

Caso a reforma da Previdência do governo Bolsonaro seja aprovada, dificilmente os trabalhadores conseguirão o valor integral das aposentadorias, pois precisarão comprovar 40 anos de contribuição. Somada aos impactos da reforma trabalhista, que instituiu modalidades como o trabalho temporário e intermitente, até mesmo os 20 anos de contribuição necessários para garantir o piso de 60% da média salarial é uma aposta arriscada, segundo o economista Eduardo Fagnani.

"Estamos caminhando para um país que daqui 20 anos vai ter 70% da população que não consegue ter acesso à Previdência," afirma Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Com o crescimento da informalidade e da precarização do emprego, a esse segmento restará apenas o Benefício de Prestação Continuada (BCP) como alternativa. Passaríamos, então, de um modelo de seguridade social para um mero "assistencialismo".

Hoje, o BCP paga um salário mínimo a pessoas com deficiência e idosos a partir dos 65 anos que não conseguiram contribuir. Pelo novo texto, esse valor só será alcançado aos 70 anos, no caso dos idosos. Aos 60, ficará restrito a apenas R\$

400, o que faz com que o Fagnani preveja um cenário obscuro: "Vamos ser um país de velhos pedindo esmola na rua. Essa é a decisão que os congressistas e a sociedade vão ter que tomar. É isso que nós queremos?", questiona o economista.

Ele diz que a proposta de Bolsonaro representa o inverso do modelo pretendido pela Constituição de 1988 – com alto grau de solidariedade intergeracional, de inspiração europeia – que hoje garante, por meio das aposentadorias ou do BCP, rendimento de pelo menos um salário mínimo a 88% dos idosos.

O economista também diz que as novas regras de transição, principalmente a que define a elevação da idade mínima, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, sempre que subir a expectativa de sobrevida da população, com reajuste automático, praticamente impedirá o acesso às aposentadorias nas próximas décadas.

**Falso milagre** - Segundo o governo, essa proposta garantirá "economia" de R\$ 1,165 trilhão, em 10 anos, uma média de pouco mais de R\$ 100 bilhões por ano, o que seria a chave para destravar o crescimento do país. Fagnani contesta esse argumento e diz que as perdas com desonerações fiscais, sonegação e pagamento de juros da dívida pública somam cerca de R\$ 1,3 trilhão ao ano, o que a dita reforma "economizaria" em uma década.

"Como o grande problema do país pode ser a Previdência, se todo ano o governo federal deixa de arrecadar cerca de R\$ 400 bi com isenções fiscais? Se todo ano pagam cerca de 400 bi de juros?", indaga o economista. Já as sonegações seriam da ordem de R\$ 500 bi anuais, que poderiam ser combatidas com sistemas informatizados de informação. Em vez disso, "premiam" as empregas sonegadores com seguidos programas de refinanciamento.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Câmara vai debater importância da JT

No dia 3 de abril, a Câmara dos Deputados vai formalizar a Comissão Geral a fim de debater a importância da Justiça do Trabalho no Brasil. O anúncio foi feito pelo presidente da casa, Rodrigo Maia, por meio do ofício circular nº 5.

Na pauta legislativa, pode ser discutido se a Justiça do Trabalho deve continuar a existir, na forma como está, ou se deve ser absorvida pela Justiça Comum. O pedido foi formulado pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA). Advogados, entidades e servidores da justiça do trabalho estarão presentes para debater a estrutura da Justiça do Trabalho.

**Direitos dos Trabalhadores** - Para o professor de Direito do Trabalho Ricardo Calcini, a elaboração de uma comissão parlamentar é necessária "em razão dos ataques recentemente sofridos pela Justiça do Trabalho, e no sentido de se reforçar sua importância institucional na luta e preservação de direitos sociais dos trabalhadores conquistados historicamente", afirma.

Segundo Calcini, há uma deturpada visão a respeito do ramo trabalhista no Poder Judiciário. "A Justiça do Trabalho é taxada como ineficiente, tendenciosa e dispendiosa. Porém, falar, hoje, em sua extinção, é negar aplicabilidade a direitos mínimos que são inerentes a todos os trabalhadores, em um país que, inclusive, vivencia o seu maior desastre trabalhista com a morte de dezenas de trabalhadores em Brumadinho/MG", diz o professor.

*Fonte: Consultor Jurídico*



## Emprego na indústria de SP recua-1,88% em janeiro

Em apenas um ano a indústria paulista fechou 40,5 mil vagas de emprego, segundo levantamento feito pela Fiesp. O número se refere a uma comparação do estoque de empregados no setor produtivo em janeiro de 2018 sobre janeiro de 2019. Em termos percentuais, a redução no número de trabalhadores de um ano para outro é de 1,88%.

A entidade também divulgou o resultado da variação mensal, ou seja, comparando janeiro com o mês imediatamente anterior (dezembro). Assim, houve variação positiva de 0,41% – resultado da contratação de 8,5 mil novos trabalhadores. Contudo, se considerados os efeitos sazonais (específicos do período), o resultado sobre dezembro foi de queda de -0,17%.

A Fiesp divulgou no final de janeiro o balanço anual do emprego na maior e mais dinâmica região industrial país. Houve uma redução de 38,5 mil postos em 2018, superando as demissões de 2017 – quando 34 mil vagas já haviam sido encerradas.

Esse resultado confirma que a manutenção da política de desvalorização dos salários, corte nos investimentos e retirada de direitos apenas aprofundou ainda mais a crise econômica. e contribuiu para o encolhimento do setor e para o desemprego.

*Fonte: Portal HP*



## Procuradora manda MPF no Rio investigar Flávio Bolsonaro

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, incumbiu o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro de apurar se o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) praticou crime de lavagem de dinheiro com operação de compra e venda de imóveis. O caso já estava com a Polícia Federal, mas houve dúvida no Ministério Público Federal sobre em qual deveria ser a instância adequada para tramitação, uma vez que Flávio se elegeu senador.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo informou que "a Procuradoria-Geral da República, então, enviou à Procuradoria da República, levando em consideração a regra do Supremo que limita o foro se o suposto crime tiver sido cometido no mandato e em razão dele. O que o MPF no Rio vai analisar é se as 'negociações relâmpagos' de imóveis resultaram em um aumento patrimonial incompatível de Flávio, segundo as investigações da Polícia Federal."

Segundo o jornal, "os fatos são apurados também do ponto de vista eleitoral. Nesse caso, a Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro está fazendo a análise sobre se Flávio cometeu crime ao declarar à justiça eleitoral imóveis com valores incompatíveis com os avaliados no mercado. A PGR já havia dito que a procuradoria regional eleitoral detém a competência de analisar esse caso."

*Fonte: Brasil247*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**